



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682601 - RS (2021/0233880-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CELSO RICARDO CORREA LEAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CELSO RICARDO CORREA LEAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 0087367-57.2020.8.21.7000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos reclusão em regime fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta a impetrante a existência de constrangimento ilegal, ao argumento de que o paciente deveria ser absolvido do crime de posse de arma de uso permitido, pois aplicável o princípio da insignificância à hipótese em análise.

Requer, liminarmente e no mérito, a incidência do princípio da insignificância para que seja o paciente absolvido do crime previsto no art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para confirmar a tipicidade da conduta do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 22-24):

[...]

Registro, ainda, que, ao contrário do afirmado pela defesa, o delito de posse ou porte ilegal de arma de fogo ou munições, art. 12 da Lei nº 10.826/03 é de mera conduta e de perigo presumido, abstrato e coletivo, e não delito de lesão, sendo inexigível a demonstração do risco de dano concreto à incolumidade pública. Com efeito, os delitos previstos na Lei nº 10.826/03 se consomem com o simples "portar" ou "possuir" a arma de fogo, acessório ou munição, sem a devida autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo inexigível a demonstração de perigo concreto, porque o objeto jurídico principal e imediato protegido pelo Estatuto do Desarmamento é a segurança coletiva, resguardando-se bens individuais relevantes, como a

vida, a incolumidade física e a saúde, não necessitando demonstração de que alguém foi efetivamente exposto a perigo de dano, bastando a ofensa presumida. Aqui, tutela-se justamente a manutenção da tranquilidade de um número indeterminado de pessoas, presumidamente turbada com a mera realização das condutas descritas no Estatuto do Desarmamento.

[...]

No E. STJ foi consolidado o entendimento no sentido de que nos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento é irrelevante a realização de exame pericial para a comprovação da potencialidade lesiva do artefato, bastando a simples posse ou o porte de arma de fogo, ainda que desmuniada, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para a incidência do tipo penal correspondente.

[...]

Assim, independentemente de qualquer resultado lesivo a outrem, o crime se perfectibilizou, pois, tratando-se de delito formal, de mera conduta, não é necessária a produção de qualquer resultado, bastando o comportamento do agente para caracterizar a infração.

Da mesma forma, o tipo penal não estabelece quantidade mínima de munição para a caracterização do delito. Mantenho, então, a condenação do réu pelos delitos previstos no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 e no art. 12, caput, da Lei nº 10.826/03.

*Quanto ao apenamento, as penas foram fixadas de forma razoável e proporcional, tanto que, no ponto, sequer há insurgência defensiva. Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência